



ARTICLES/ARTIGOS/ARTÍCULOS/ARTICLES

Novos tempos e espaços no Brasil Central: reflexões sobre a expansão da agricultura e suas implicações geográficas no Oeste Baiano e arredores

Mestre Franco Porto dos Santos

Mestre em Ciências do Ambiente. Biólogo do Instituto Caturama de Sustentabilidade - Rua David Bueno, nº 316, Centro, Barreiras (BA), CEP 47.801-040. E-mail: franco@uft.edu.br

Mestre Ana Carolina de Oliveira Marques

Mestre em Geografia. Professora da Universidade Federal do Tocantins - Rua 3, Quadra 17, s/n, Jardim dos Ipês, Porto Nacional (TO), CEP 77.500-000. E-mail: carol.geografia@hotmail.com

Doutor Lucas Barbosa e Souza

Doutor em Geografia. Professor da Universidade Federal do Tocantins - Núcleo de Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rua 3, Quadra 17, s/n, Jardim dos Ipês, Porto Nacional (TO), CEP 77.500-000. E-mail: lbsgeo@uft.edu.br

RESUMO

ARTICLE HISTORY

Received: 07/03/2014

Accepted: 01/11/2014

PALAVRAS-CHAVE:

Agricultura
Dinâmica Territorial
Oeste Baiano

Este trabalho teve como centro de debate a dinâmica da região conhecida como o Oeste Baiano, que na atualidade responde por uma das mais significativas produções da agricultura nacional, bem como suas repercussões em uma localidade goiana limítrofe. A importância de estudos como este se justifica pelas crescentes contradições do/no campo, advindas do modelo de desenvolvimento – desigual e combinado – pressuposto pelo atual modelo de produção agrícola. Metodologicamente, partiu-se da caracterização histórico-geográfica da região para tornar inteligível o contexto de capitalização dos territórios e de modernização da agricultura, conferindo-lhes uma dinâmica própria. Posteriormente, buscou-se apresentar

os efeitos dessas transformações regionais no Distrito de Pouso Alto, Município de Campos Belos, Goiás. Semelhanças aproximam a realidade estudada de fenômenos pelos quais passa o campo brasileiro como um todo: monopolização da produção agrícola por grandes empresas; transformação e uniformização das paisagens naturais; investimento massivo de capital estrangeiro; segregação territorial; formação de um exército de mão de obra ociosa; participação do Estado no financiamento desse modelo. Como resultados, têm-se não soluções para as questões problematizadas, mas o despertar para uma realidade marcada por contradições, pela coexistência de espacialidades conflitantes, que rompem com a ideia de isolamento espacial e o pressuposto da produção uniforme dos territórios.

KEY-WORDS:
Agriculture
Territorial Dynamics
West of Bahia

ABSTRACT: New times and spaces in Central Brazil: reflections on the expansion of agriculture and its geographical implications in West of Bahia and surroundings. This investigation analyzed the dynamics of the West of Bahia, which currently accounts for one of the most significant productions of national agriculture, and its impact on a neighboring locality in the state of Goiás. The importance this studies is justified by the growing contradictions of/in the field, resulting in the development model - combined and uneven - presupposed by the current model of agricultural production. Methodologically, it was started by the historical-geographical characteristics of the region to make the capitalization territories and agriculture modernization context intelligible, giving them their own dynamics. Subsequently, we sought to demonstrate the impact of these regional transformations in the district of Pouso Alto, Campos Belos county, in Goiás. Similarities approximates the studied reality of the phenomena which the Brazilian countryside goes through: monopolization of agricultural production by large companies; transformation and standardization of natural landscapes; massive foreign capital investment; territorial segregation; army formation of idle hand work; State participation in the funding of this model. The result does not indicate solutions to the issues problematized, but awakes to a reality marked by contradictions, the coexistence of conflicting spatialities, that breaks up with the idea of spatial isolation and the presupposed of uniform production of territories.

RESÚMEN:
Agricultura
Dinámica Territorial
Oeste de Bahia

RESÚMEN. NUEVOS TIEMPOS Y ESPACIOS EN BRASIL CÉNTRICO: REFLEXIONES SOBRE LA EXPANSIÓN DE LA AGRICULTURA Y SUS IMPLICACIONES GEOGRÁFICAS AL OESTE DE LA PROVINCIA DE BAHIA Y ALREDEDORES Este trabajo tuvo como centro de debate la dinámica de la

región conocida como el oeste Baiano, que en la actualidad responde por una de las más significativas producciones de la agricultura nacional, así como sus repercusiones en una localidad limítrofe en la provincia de Goiás. La importancia de estudios como este es justificado por las crecientes contradicciones del/en el campo, resultado del modelo de desarrollo desigual y combinado, presupuesto por el actual modelo de producción agrícola. Metodológicamente, se partió de la caracterización histórico-geográfica de la región para hacer inteligible el contexto de capitalización de los territorios y de modernización de la agricultura, dándoles una dinámica propia. Posteriormente, se buscó demostrar el impacto de estas transformaciones regionales en el Distrito de Pouso Alto, Municipio de Campos Belos, Goiás. Semejanzas aproximan la realidad estudiada de fenómenos por los cuales pasa el campo brasileño en su conjunto: la monopolización de la producción agrícola por las grandes corporaciones; la transformación y la estandarización de los paisajes naturales; la inversión masiva de capital extranjero; segregación territorial; la formación de un ejército de mano de obra inactiva; la participación del Estado en la financiación de este modelo. Como resultados, se tienen no soluciones para las cuestiones problematizadas, pero el despertar para una realidad marcada por contradicciones, por la coexistencia de espacialidades en conflicto, rompiendo con la idea de aislamiento espacial y la suposición de la producción uniforme de los territorios.

Introdução

Este artigo é resultado da parceria entre autores de trabalhos acadêmicos que, em trechos de seus textos – de maneira distinta – abordaram enclaves do Brasil Central. Duas dissertações de mestrado, intituladas “Estudo da Percepção da Qualidade Ambiental Urbana no município baiano de Luís Eduardo Magalhães¹” e “Espaço e habitus no sertão goiano: o povoado de Pouso Alto (GO)²”, constituíram-se pontos de partida para a interlocução entre os aspectos geográficos, políticos e econômicos da realidade à margem esquerda do rio São Francisco.

¹ Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, da Universidade Federal do Tocantins. Autoria de Franco Porto dos Santos (2013), sob orientação do Dr. Lucas Barbosa e Souza.

² Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. Autoria de Ana Carolina de Oliveira Marques (2013), sob orientação da Dra. Ruscênia Luiza B. R. da Silva.

O primeiro trabalho ofereceu as bases histórico-geográficas da região, com especial interesse na criação e crescimento dos seus principais municípios. Por sua vez, o segundo trabalho trouxe as discussões acerca da questão agrária, fruto de uma pesquisa que teve como objeto a produção do sertão goiano diante da situação de fronteira com a Bahia, destacando-se as repercussões ocorridas no Distrito de Pouso Alto, Município de Campos Belos, no extremo nordeste de Goiás. Desse modo, busca-se compreender a dinâmica regional do chamado Oeste Baiano na condição de principal elemento catalisador de efeitos produzidos em uma área mais ampla, que extrapola os limites estaduais, reverberando em terras goianas. Em última análise, este artigo procura contribuir para a compreensão de um arranjo socioespacial formado a partir do desenvolvimento desigual e combinado de forças e relações de produção que têm se multiplicado em grande parte do Brasil Central, ao longo das últimas décadas.

A agricultura moderna foi, segundo a literatura existente sobre a questão agrária, a primeira via de introdução do capital, e suas relações de produção, no sertão brasileiro. Aparece, primeiramente, como uma ruptura com a agricultura tradicional, praticada há séculos no Brasil pelas populações rurais. A inserção de uma lógica capitalista pressupôs, entretanto, uma reorganização do arranjo espacial, com novas práticas e objetos no espaço.

Não só a natureza da atividade agrícola, mas a finalidade, o produto, a escala e os detentores dos meios de produção tornam-se outros. A crescente internacionalização do campo brasileiro transfere as finalidades da produção para questões geopolíticas (OLIVEIRA, 2010). Inicia-se um movimento no qual a produção de alimentos perde valor para as commodities, que se distanciam progressivamente das necessidades reais dos sujeitos. A utilização de grandes áreas, com o cultivo de um único produto por longas temporadas, ignora a evidente fragilidade e perda de nutrientes do solo. A imposição de um modelo agrícola hegemônico compromete a reprodução de grupos sociais das localidades. Destarte, o Oeste Baiano, como território apropriado pelo movimento da frente de expansão no Brasil Central, ilustra as transformações pelas quais passa o campo brasileiro como um todo.

Ao se inserir em uma tendência global, o Oeste Baiano se coloca como locus de um jogo de forças entre espacialidades conflitantes. Na disputa, também simbólica, estão proprietários de terras, assalariados, trabalhadores camponeses, instituições nacionais e estrangeiras, gestores públicos e privados. Esses se divergem quanto à concepção de trabalho, modelo de produção, propriedade da terra, percepção da paisagem, relações interpessoais. Forma-se daí um emaranhado de territórios que configura o que fora enunciada na literatura específica: a região de fronteira. Realizar, pois, uma análise geográfica do impacto desta situação na produção do espaço é o principal objetivo deste artigo.

A construção do artigo partiu da contextualização histórico-geográfica do Oeste Baiano, apresentada no primeiro tópico. Tal produto foi resultado de trabalho teórico desenvolvido a partir de revisão bibliográfica, consulta e mapeamento de dados e informações disponibilizados em portais eletrônicos de órgãos oficiais. Após essa contextualização, seguiu-se com "A dinâmica territorial do Oeste Baiano diante do atual modelo de produção agrícola". Nesse tópico, buscou-se problematizar os aspectos do modelo de desenvolvimento imposto pela

racionalidade vigente e suas interferências nas relações políticas, econômicas e culturais no âmbito sertanejo.

Na tentativa de uma abordagem multiescalar, segue-se o texto sobre os "Novos espaços e tempos no sertão do Brasil Central: o caso do Distrito de Pouso Alto, município de Campos Belos (GO)". A exposição, que antecede as considerações finais, foi baseada na realidade do Distrito de Pouso Alto, no extremo nordeste de Goiás, cujas mudanças locais propiciadas pelos processos regionais em foco manifestam-se nos planos social e cultural, com efeitos sobre o cotidiano do lugar. Por último, as considerações finais foram compostas não por soluções para as questões discutidas ao longo do artigo, mas por reflexões que enfatizam o caráter contraditório das regiões de fronteira agrícola e o vasto universo de objetos de pesquisa imersos nessa realidade, passíveis de leitura geográfica.

Aspectos histórico-geográficos do Oeste Baiano: um breve panorama regional

O Oeste Baiano (Figura 1), também conhecido como Além São Francisco³, é o território localizado à margem esquerda do Rio São Francisco, composto por 35 municípios numa área superior a 183 mil km², onde vivem atualmente cerca de 1,1 milhão de habitantes. É o espaço historicamente reivindicado por grupos sociais e econômicos ali estabelecidos para a formação do "Estado do São Francisco"⁴ (BRANDÃO, 2009, 2010).

³ Todo o Oeste Baiano era chamado de Sertão do Rio São Francisco até meados do século XX, pois sua relação com Salvador, Capital do Estado, e com outros centros importantes era de certo isolamento. Daí veio a denominação de "Além São Francisco" aplicada a esse território, que foi amplamente adotada por instituições públicas durante longo período (SANTOS, 2008; SANTOS FILHO; RIOS FILHO, 2008).

⁴ "A primeira tentativa de emancipação do Oeste Baiano foi em 1830, com a finalidade de transformar a então comarca em província, mas não houve repercussão. Outros projetos com o mesmo objetivo surgiram, porém sem notoriedade" (REBOUÇAS *et al.*, 2009, p. 6 e 7). Até que em 1998, o Projeto de Decreto Legislativo nº 631/98, que dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Rio São Francisco, por desmembramento do território à margem esquerda do Rio São Francisco, parte Oeste da Bahia, ganhou popularidade, constituindo-se em tema de discussão em todas as esferas da sociedade (BRASIL, 1998; REBOUÇAS *et al.*, 2009).

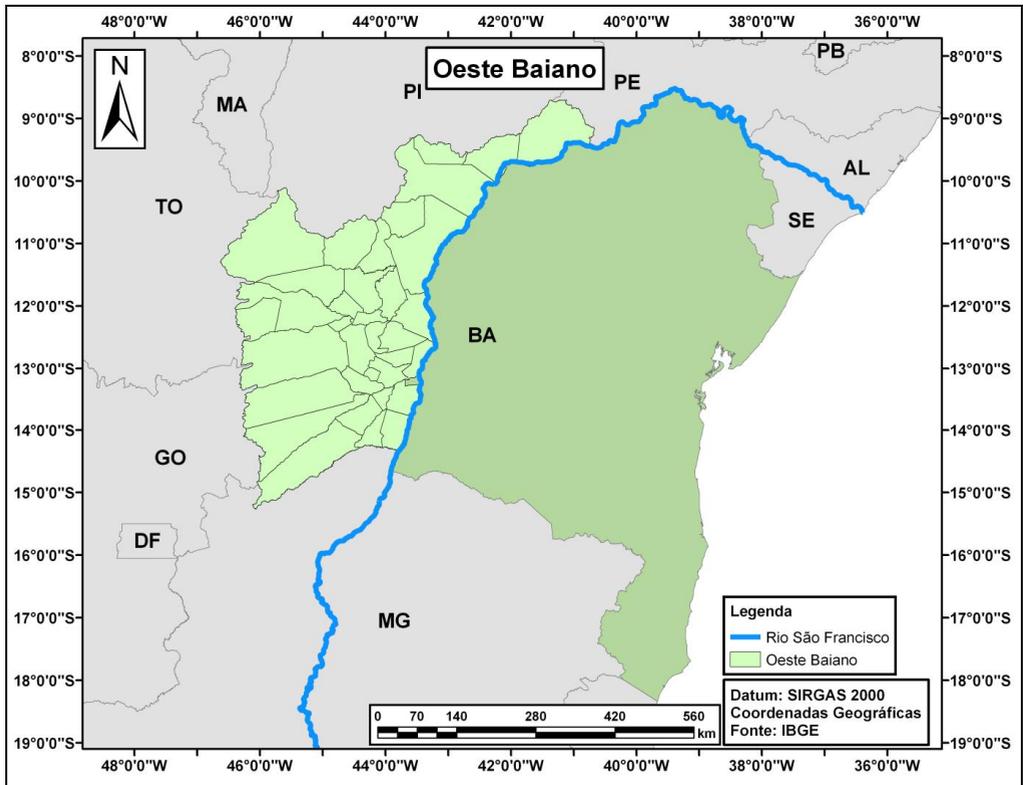


Figura 1. Localização do Oeste Baiano. (Org. SANTOS, F. P.).
Fonte: SANTOS (2013).

Segundo o autor, em seus estudos sobre o território mencionado, para evitar qualquer tipo de confusão, é importante definir que o termo Oeste Baiano não guarda equivalência conceitual com o termo Região Oeste da Bahia (Figura 2), pois este último designa apenas o território composto por 23 municípios, no extremo Oeste da Bahia, e faz referência a uma das regiões componentes da divisão econômica do estado, sendo um termo comumente utilizado por organismos públicos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI⁵). Além disso, é uma unidade de regionalização que tem caráter político-administrativo, não contemplando em sua totalidade as dimensões históricas e culturais que dão sentido ao território denominado Além São Francisco ou Oeste Baiano.

Dessa forma, utiliza-se neste trabalho o termo Oeste Baiano, pois representa o território que foi “esquecido” pelos governantes por longo período, devido ao seu isolamento de Salvador, composto por todos os municípios localizados à esquerda do Rio São Francisco e reivindicado para emancipação do estado da Bahia. Assim

⁵ Região Oeste no mapa das regiões econômicas da Bahia, conforme divisão apresentada pela SEI (2002). Disponível em:
<http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/cartogramas/regioes_eco/regioes_eco.htm>.
Acesso em: 25 jun. 2012.

sendo, inicia-se a sua descrição a partir do período colonial, no ano de 1534, quando a Coroa Portuguesa concedeu à Capitânia de Pernambuco o direito de posse das terras localizadas na margem esquerda do Rio São Francisco e se iniciam os avanços por esse território por meio das expedições que visavam à submissão e à escravidão de índios (BRANDÃO, 2009; SANTOS FILHO, 1989).

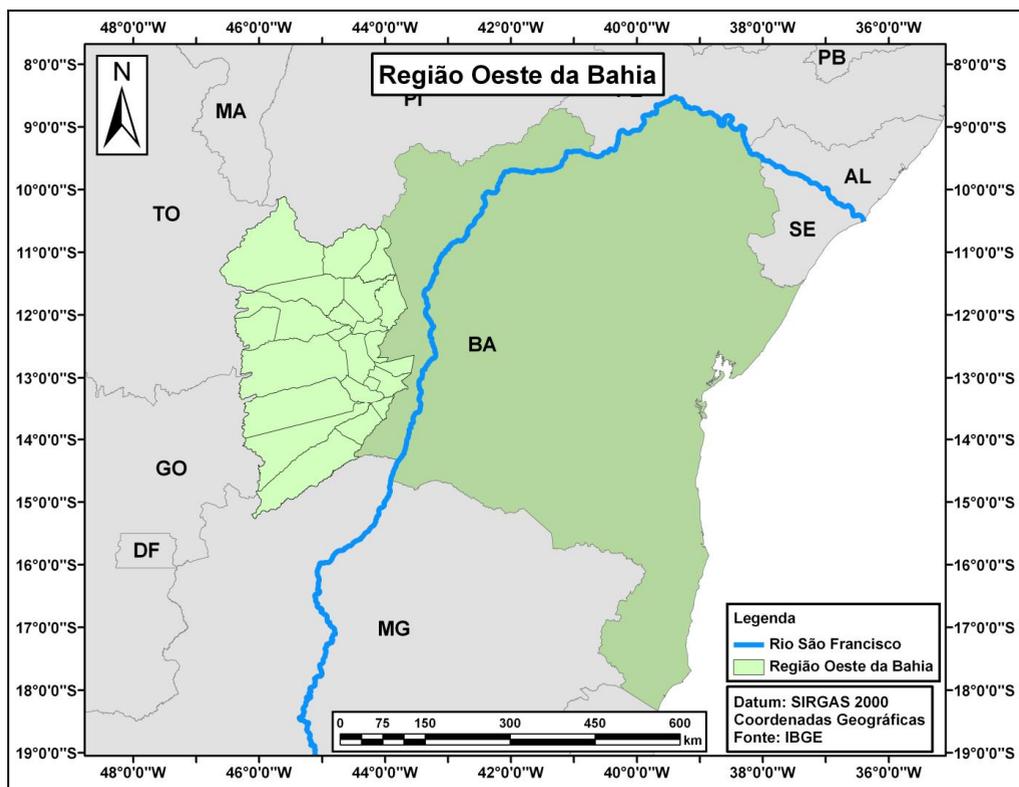


Figura 2. Localização da Região Oeste da Bahia. (Org. SANTOS, F. P.).
Fonte: SANTOS (2013).

Essas expedições eram recompensadas com a concessão de sesmarias, que no século XVII deram origem às fazendas de gado na região, iniciando assim, o processo de ocupação do território. Segundo Brandão (2009), coube aos baianos a ocupação dessa região ao longo dos séculos XVI e XVII, embora esta pertencesse a Pernambuco:

Ainda assim, ao longo dos séculos XVI e XVII, coube àqueles agentes que habitavam a Capitania da Bahia a primazia de empreender os esforços de inserção do atual Oeste Baiano à realidade econômica da colônia. Se as terras a oeste do São Francisco pertenciam por direito à Capitania de Pernambuco, elas foram apropriadas de fato pelos baianos, menos atribulados com a defesa do litoral que os donatários de Olinda e, portanto, com maior disponibilidade de homens, armas e dinheiro para adentrar o grande sertão (BRANDÃO, 2009, p. 50 e 51).

Nesse contexto, deu-se por volta de 1670 a formação das primeiras fazendas de criação de gado na região pela Casa da Torre, no encontro dos rios Grande e São Francisco, onde hoje é o município de Barra – um dos primeiros marcos territoriais do governo colonial no Oeste Baiano, conforme ilustra a Figura 3. Nesse período, os agentes econômicos e a Igreja, embora timidamente, tiveram o seu papel como agentes de produção do espaço, fazendo surgir pequenos povoados, missões e arraiais ao longo do Rio São Francisco e dos seus afluentes (BRANDÃO, 2009; SANTOS FILHO, 1989).

A partir do século XVIII, tem-se também a influência da produção mineradora, introduzida no Brasil em grande escala, devido às descobertas do ouro em Minas Gerais, do diamante em Goiás e na Chapada Diamantina/Jacobina. Esse fato impulsionou a ocupação do Além São Francisco, pois fez aumentar o fluxo de migrantes que passavam pela região em direção às áreas de mineração, fazendo alguns pequenos povoados crescerem no papel de entrepostos comerciais, articulando as zonas mineiras às praças de comércio do Nordeste (BRANDÃO, 2009; SANTOS FILHO, 1989).

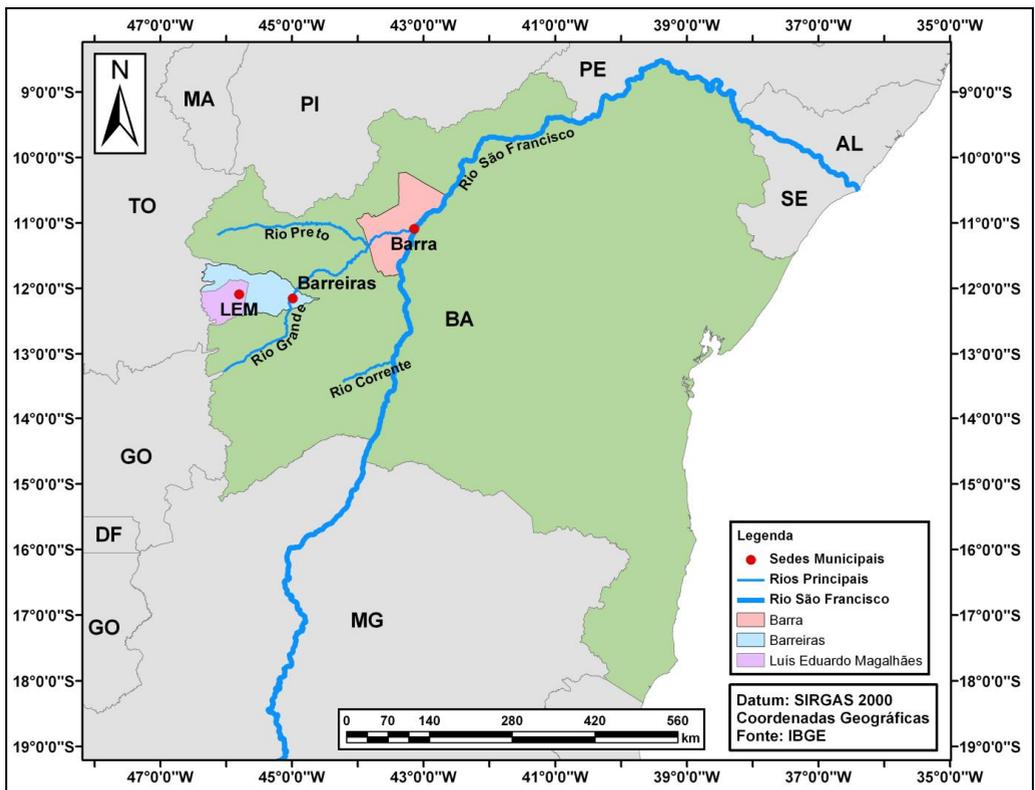


Figura 3. Municípios de Barra, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães - LEM. (Org. SANTOS, F. P.). Fonte: SANTOS (2013).

Assim, em 1752, foi criada a primeira vila do Oeste Baiano, denominada de Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul (atual cidade de Bar-

ra), que foi “construída como uma espécie de cabeça-de-ponte do governo colonial, garantindo a presença do Estado Português naquela vastidão sertaneja, onde ainda existiam confrontos entre fazendeiros e índios” (BRANDÃO, 2009, p. 53). Em 1810, foi estabelecida a Vila de Pilão Arcado, a segunda vila do período (Figura 4). Assim, os atuais municípios de Barra e de Pilão Arcado, dentre os existentes no Oeste Baiano, são considerados originários, pois “são municipalidades surgidas sem que tenham sido por desmembramento de uma outra” (BRANDÃO, 2009, p. 53).

Alguns anos depois, a região passou por uma grande mudança de cunho político, pois em 1824, por decisão do recém instalado governo imperial brasileiro, o atual Oeste Baiano, denominado na época de Comarca de São Francisco, foi anexado à Província de Minas Gerais em detrimento de Pernambuco, como represália aos atos decorrentes da formação da Confederação do Equador, quando setores da sociedade civil e eclesiástica de Pernambuco se posicionaram contra a monarquia. No entanto, o território ficou pouco tempo vinculado a Minas Gerais, já que em 1827 o mesmo governo imperial determinou a anexação do território à Província da Bahia (ALMEIDA, 2005).

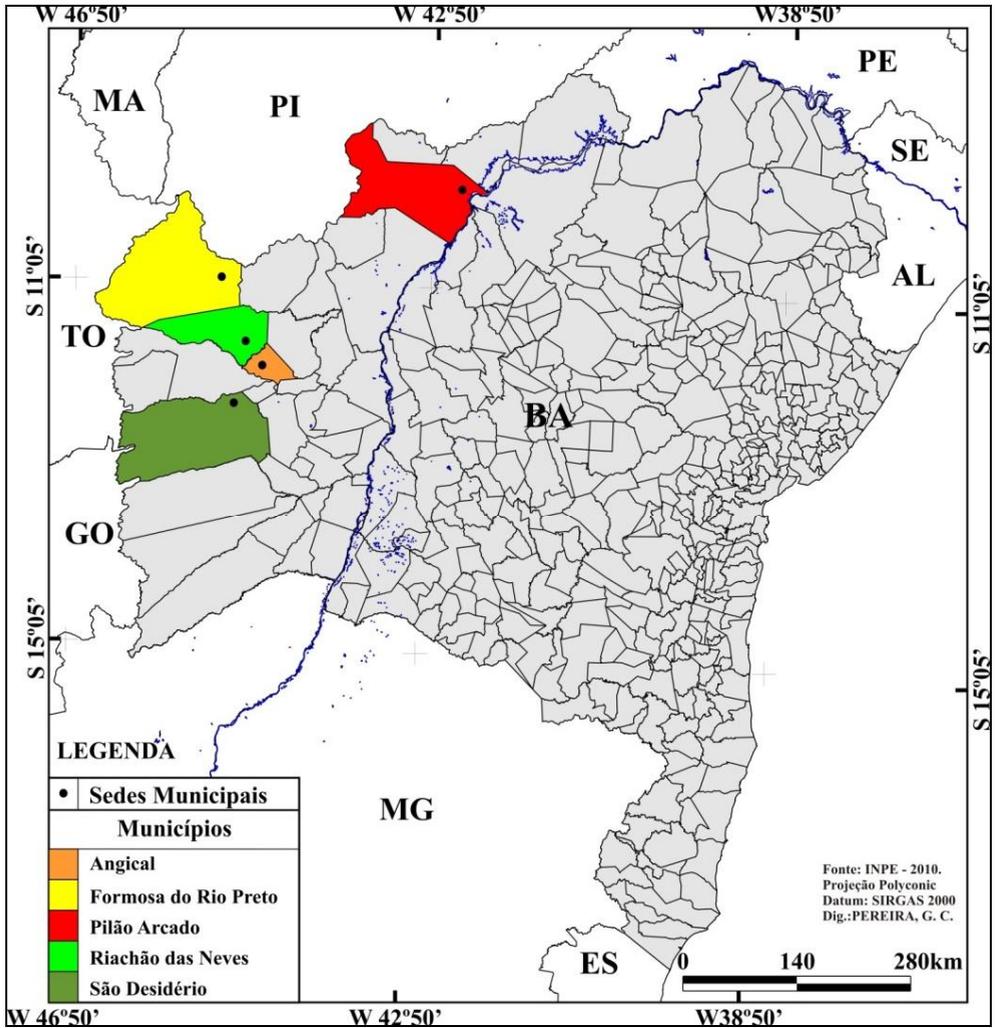


Figura 4. Localização dos municípios de Pilão Arcado, Angical, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves e São Desidério. (Org. SANTOS, F. P.).

A incorporação da Comarca de São Francisco à Província da Bahia trouxe estabilidade político-administrativa para a região, inaugurando um novo quadro da realidade regional, além de dar contornos definitivos ao território do Estado (BRANDÃO, 2010). Para Santos Filho (1989), somente no século XIX é que uma economia regional do Oeste Baiano começa a ganhar contornos próprios. Baseada na navegação fluvial, a ocupação do território foi possível através da navegação pelo Rio São Francisco e por três de seus afluentes, Rio Grande, Rio Corrente e Rio Preto (Figura 3). Assim, os cursos desses rios orientavam a distribuição da população e das atividades econômicas, como podemos observar em Santos Filho (1989, p. 25 e 26):

[...] Nos seus limites navegáveis, surgem pequenas povoações e portos fluviais, como Barreiras e Formosa do Rio Preto, onde se faz a transferência das mercadorias, que chegam em

embarcações, para as tropas de animais destinadas aos sertões de Goiás. O grande comércio de Salvador utiliza-se delas como base para alcançar os mercados distantes e dispersos do sertão. O sertão, por sua vez, exporta o boi, que vem do norte de Goiás e passa por Barreiras, a caminho de Barra e Jacobina.

Segundo Brandão (2009, p. 54), em seu estudo sobre a geografia pretérita do Oeste Baiano, a inexistência de uma consolidada rede urbana nesse território durante esse período não permite desconsiderar a importância dos caminhos como meio de contato entre as esparsas comunidades que se formavam nas suas margens, assim como entre o sertão e a urbanidade existente no litoral. Alguns desses caminhos eram fundamentais no transporte de pedras e metais preciosos para os portos litorâneos, a exemplo da atual BR 242, que obedece praticamente à mesma rota da antiga estrada colonial da Bahia (TEIXEIRA NETO, 2001). Isso demonstra que a constituição desse território, até aquele momento, deu-se de forma linear, haja vista que o povoamento e as atividades econômicas obedeciam aos caminhos fluviais e terrestres que eram abertos à margem esquerda do Rio São Francisco ou em ambas as margens dos seus principais afluentes, rios Grande, Corrente e Preto, bem como ao longo das estradas que o ligavam ao litoral baiano e aos estados de Minas Gerais, Goiás, Piauí e Maranhão (BRANDÃO, 2009).

O final do século XIX e as primeiras décadas do século XX representaram um período de transformações no Oeste Baiano, devido aos benefícios gerados por um ciclo de crescimento da sua economia, através da exploração da borracha de mangabeira, o que produziu certo crescimento populacional motivado pela migração de trabalhadores rurais de outras regiões do estado. Isso promoveu o avanço exploratório sobre as áreas de cerrado, com destaque para a localidade de Barreiras (DINIZ, 1982).

Desde os meados do século XVII existiam núcleos habitados no Oeste Baiano. Um desses era Campo Largo, que foi elevado à categoria de vila em 1820 por desmembramento da Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul (primeira vila do Oeste, onde hoje é o município de Barra), sendo que o seu território englobava quase toda área que deu origem a 11 municípios da região, inclusive os municípios de Barreiras e de LEM (Figura 3), que se destacam atualmente como "polos regionais". Barreiras, o mais populoso, teve sua emancipação política e administrativa em 1891 por desmembramento do município de Angical (Figura 4), sendo sua sede elevada à categoria de cidade em 1902, apresentando 630 casas e cerca de 2.500 habitantes. Desde aquela época, chama atenção o crescimento da localidade, tendo em vista que em 1850 era formada por um agrupamento de 20 casebres de taipa. Além disso, pesquisas demonstraram que até 1870 o lugar onde se situa a sede do município hoje, constituía-se apenas num porto, aonde chegavam os barcos com produtos inexistentes na região e importados de Portugal, assim como partiam as embarcações com os produtos agropecuários produzidos na região e no norte de Goiás (IBGE, 2012; JUNGES, 2004; SANTOS FILHO, 1989).

Desse modo, em 1870, a partir da exploração do látex da mangabeira, o então povoado de Barreiras, assim como o seu entorno, foi se desenvolvendo

principalmente pelo comércio, pois se localizava no entroncamento das trilhas que levavam a Goiás e Piauí, além de ter o último porto navegável do Rio Grande para escoar a produção (JUNGES, 2004). Assim, as primeiras décadas do século XX representaram um período de algumas transformações na então cidade de Barreiras e, de certo modo, em todo o Além São Francisco, pois gerou um ciclo de crescimento econômico e populacional (JUNGES, 2004; SANTOS FILHO, 1989).

Segundo Junges (2004), em 1930, a cidade de Barreiras experimentou outro surto de desenvolvimento com a construção de uma usina hidrelétrica, que foi a mola propulsora do progresso, já que foram construídos a partir de então na cidade vários empreendimentos como: matadouro-frigorífico, curtume, serrarias, beneficiadoras de cereais e algodão e fábrica de tecidos. Nesse período, a população ainda contava com quatro cines-teatro, uma orquestra sinfônica e um hipódromo. Além disso, com o início da Segunda Guerra Mundial, os norte-americanos construíram um aeroporto na cidade para servir de base militar, o que permitiu que o látex extraído da mangabeira fosse comercializado para ser utilizado no esforço de guerra, passando a ligar a região ao restante do país (SANTOS FILHO, 1989; JUNGES, 2004).

Nas décadas seguintes, de 1940 e 1950, foi importante também o avanço da presença estatal na região, por meio da instalação em Barreiras de uma agência do Banco do Brasil e da implantação de um Posto de Fomento Agropecuário do Ministério da Agricultura e de uma filial do Instituto de Fomento Econômico da Bahia (SANTOS FILHO, 1989). Isso devido, em grande parte, à instalação do Congresso Nacional Constituinte em 1946, que debateu a possibilidade de dotação de recursos da União para a Região do Vale do São Francisco, ficando o Governo Federal obrigado a traçar e a executar, dentro do prazo de 20 anos, um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do Rio São Francisco e seus afluentes. O desdobramento dessa proposta permitiu intervenções na bacia do São Francisco de forma mais planejada, o que resultou no processo de organização e criação da Comissão do Vale do São Francisco (SANTOS, 2007).

Já na virada dos anos 1950 para 1960, mais especificamente entre 1958 e 1962, tem-se a criação de vários novos municípios na região, alguns inseridos no bioma Cerrado, como os exemplos de São Desidério, de Riachão das Neves e de Formosa do Rio Preto (Figura 4). Para Santos Filho (1989, p. 28):

[...] Esse processo de desmembramento territorial acontece em todo o país, no período, e visa, sobretudo, a uma troca de favores, que envolve a apropriação de cotas federais de impostos, pelos municípios, e melhores garantias de reeleição de políticos vinculados ou não à região. De qualquer maneira, o desmembramento implicou numa estruturação, ainda que precária, dos serviços administrativos dos novos municípios, assim como na canalização de recursos – mesmo que parcos – em direção a eles.

A criação de Brasília também influenciou de grande maneira na transformação da região, pois abriu perspectivas de assimilação do Oeste Baiano à rede urbana que viria a se formar a partir do novo Distrito Federal, principalmente pela malha

rodoviária que cortava a região e a política de ocupação estratégica do território central do Brasil. Desse modo, instala-se em 1969, em Barreiras, o 4º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, que se dedica à implantação das rodovias BR 242/020 (Brasília-Ibotirama) e BR 135 (Brasília-Piauí), todas passando pelo município de Barreiras. Isso propiciou a aproximação da região aos centros de produção e consumo do país, o que valorizou as terras e estimulou o movimento de apropriação/redistribuição destas, que se amplia com o financiamento estatal para novas atividades econômicas agrícolas (SANTOS FILHO, 1989).

Os novos projetos agropecuários privados e públicos, surgidos na década de 1970, aliados à construção do terminal rodoviário de Barreiras, resultam na expansão do mercado regional de bens e serviços, fazendo multiplicar, principalmente em Barreiras, os estabelecimentos comerciais, os hotéis, as agências bancárias e as empresas de reparo dos diversos segmentos empresariais (SANTOS FILHO, 1989). Já nos anos 1980, é reafirmado o processo de mudança socioeconômica da região com a chegada dos agricultores sulistas e o desenvolvimento da cultura da soja. Incentivados pelos diversos órgãos de pesquisas agropecuárias, que desenvolveram novos cultivares melhor adaptados ao cerrado, estes agricultores vieram atrás de terras baratas e planas, com água abundante, e do crédito rural com juros baixos, sendo financiados pelos novos programas federais de crédito (SANTOS FILHO, 1989; JUNGES, 2004).

Com a expansão das lavouras de sequeiro, que dependem do regime natural das chuvas e a implantação dos primeiros projetos de irrigação, principalmente através de pivôs centrais, houve a diversificação da atividade agrícola, o que trouxe novos investimentos com moderna tecnologia de produção. Essas modernas técnicas de produção, associadas às ações do governo, foram primordiais para o crescimento da produção local, o que atraiu mais agricultores e, conseqüentemente, fez crescer os setores industrial, comercial e de serviços (SANTOS FILHO, 1989; JUNGES, 2004).

Nesse sentido, as atividades agropecuárias fizeram crescer a economia urbana regional. Barreiras, que segundo o censo de 2010 tinha uma população de 137.427 mil habitantes, já era a principal cidade da região na década de 1980, com grande crescimento populacional. A urbanização se acelera também em outros municípios e novos aglomerados urbanos se formam, fazendo surgir novas atividades econômicas, dentre elas: supermercados, clínicas médicas, escolas, lojas, empresas de construção civil (SANTOS FILHO, 1989; JUNGES, 2004).

Em 1982, devido ao grande e crescente fluxo de automóveis na BR 242 e na BR 020, foi instalado um posto de combustível a 90 km a oeste da sede do município de Barreiras. A área de entorno desse posto futuramente daria origem ao povoado de Mimoso do Oeste, hoje município de Luís Eduardo Magalhães. Tem-se também, nos anos seguintes, a ocorrência de ações fundamentais para o desenvolvimento da agricultura modernizada no Oeste Baiano, principalmente o lançamento do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER II⁶, que foi o documento-base para a iniciativa de

⁶ O referido programa foi desenvolvido pelo governo e investidores japoneses para ampliar a produtividade agrícola, principalmente da cultura da soja, por todo o cerrado. Teve três fases:

produzir soja voltada à exportação; a implantação da Estação Experimental Agrícola da Cooperativa Cotia, nas proximidades de Mimoso do Oeste, onde foram plantadas as primeiras mudas do grão; e a facilitação dos créditos financeiros, sobretudo em bancos públicos (SANTOS FILHO; RIOS FILHO, 2008).

É fundamental destacar, ao analisar o contexto regional, a grande importância dos programas e dos incentivos tanto do Governo Federal como do Governo Estadual, pois foram imprescindíveis para a expansão da fronteira agrícola nesse território e, conseqüentemente, para o rápido processo de crescimento urbano e populacional. Transformou-se, assim, o Oeste Baiano numa das mais importantes regiões agroindustriais do país, sendo o seu recente e vigoroso crescimento populacional urbano revelador das grandes transformações ocorridas nas últimas décadas (SANTOS FILHO; RIOS FILHO, 2008).

A infraestrutura de Barreiras, destacada em relação às cidades vizinhas, influenciou para que grande parte dos migrantes, principalmente sulistas, fosse habitar aquela cidade. No entanto, outros municípios como São Desidério e Correntina também receberam um contingente significativo de pessoas, sendo formados inclusive novos núcleos urbanos a partir das demandas das atividades agropecuárias, como os povoados de Roda Velha (São Desidério), de Rosário (Correntina) e de Mimoso do Oeste (Barreiras). Este último, por sinal, foi aquele que mais cresceu, dando origem ao município de Luís Eduardo Magalhães (Figura 3).

O Oeste Baiano ou Além São Francisco apresenta-se hoje, portanto, como território privilegiado pelo capital, na sua moderna apropriação – desigual e combinada – das terras interioranas do País. A produção desse território traduz, enfim, um trajeto curvilíneo da história, no qual diferentes espaços e tempos foram sobrepostos. Ora visto como território de poucos atrativos, recusado na perspectiva do uso direto de seus recursos naturais; hoje, campo de conflitos entre sujeitos e instituições que disputam a hegemonia na sua apropriação. Latifundiários, pequenos e médios proprietários de terras, multinacionais e sertanejos dividem um território alvo de inúmeras transformações logísticas, paisagísticas e simbólicas nas últimas décadas. Além desses agentes, o Estado aparece no conflito como corpo singular, dotado de estratégias e interesses que nem sempre coincidem com a sua finalidade ideal: representar e garantir a soberania do interesse público.

A dinâmica territorial do Oeste Baiano diante do atual modelo de produção agrícola

A região abordada neste trabalho, juntamente com outras localidades que compõem o grande bioma Cerrado, ocupou ao longo da história papel secundário na economia superior do País. Esta área foi considerada como de baixa potencialidade agrícola diante de solos ácidos, déficit de mão de obra qualificada,

PROCEDER I (1979 - 1984) em Minas Gerais; PROCEDER II (1985 - 1993) direcionado às terras da Região Oeste da Bahia, além de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás; PROCEDER III (1995 - 2001) em Maranhão e Tocantins (SANTOS FILHO; RIOS FILHO, 2008).

distância dos principais polos econômicos brasileiros, entre outros fatores. As terras interioranas foram incorporadas verdadeiramente ao sistema produtivo nacional somente após a chegada do pacote agrícola e tecnológico que possibilitou a adaptação de seus recursos naturais à agricultura moderna (GOMES, 2008). Desde então, modelos de produção tradicional fundamentada na agricultura e na pecuária de subsistência, praticadas predominantemente em núcleo familiar, são substituídos por monoculturas, criações de gado em confinamento, usinas sucroalcooleiras e hidrelétricas, modernos estabelecimentos granjeiros.

O evento conhecido como Revolução Verde, datado da década de 1940 (CALAÇA, 2010), representou o início de transformações não só produtivas, mas simbólicas nos territórios do Brasil Central. O tradicional discurso depreciativo das paisagens do Cerrado, tidas como impróprias à cultura agrícola em função da acidez do solo, é desconstruído pela valorização doutras potencialidades geográficas e fundiárias: suavidade do relevo, alta disponibilidade hídrica, baixo preço das terras, mão de obra disponível a preços abaixo do mercado.

O movimento inicial de superação das limitações físicas e demográficas das regiões longínquas ocorreu essencialmente no campo. Foi através das atividades rurais que as relações capitalistas avançaram nos territórios interioranos, configurando a denominada "frente pioneira" (MARTINS, 1996). O Estado, através da redução de impostos em praticamente todas as fases da produção agropecuária moderna, teve papel fundamental na consolidação dessa nova racionalidade, calcada em ideologias revestidas do "espírito nacionalista".

Roda Velha, no município de São Desidério, é exemplo de localidade que, datada do início do século XX, teve na metade do mesmo século todo o seu arranjo espacial alterado em função da reestruturação das fazendas baianas, fundamentadas, sobretudo, na reorientação política dos governantes. Marques (2013) registrou algumas dessas mudanças em estudo sobre as espacialidades nos Gerais da Bahia, como a oficialização de novos nomes às ruas e avenidas da cidade (Figura 5).

O discurso do nacionalismo presente nas ações governamentais justificava, naquele momento, qualquer intervenção nas dinâmicas locais. A integração da economia nacional representava o fim glorificável das inúmeras modificações nos modos de vida e produção da sociedade brasileira. Entretanto, essa integração pensada estritamente pelo viés econômico não mostrou, de imediato, os verdadeiros impactos sobre a soberania produtiva, política, alimentar e cultural dos grupos e comunidades locais.

A política "desenvolvimentista" que se irradiou no Brasil dissimulou a produção e reprodução de espaços desiguais. O resultado de tais iniciativas foi a intensificação de processos migratórios para o interior do País, em busca das proclamadas melhores condições de vida. "Novas terras" haviam sido descobertas, desocupadas e à inteira disposição de velhos exploradores. A região Centro-Oeste foi pioneira nessa (re)colonização.



Figura 5. Placas com nomes de ruas no Distrito de Roda Velha (BA), 2012.
Fonte: MARQUES (2013).

Apesar da mesma essência, a lógica capitalista não se estabeleceu de forma semelhante entre os territórios interioranos. O perfil dos migrantes é a primeira das diferenças que fizeram com que objetos e sujeitos distintos se estabelecessem, por exemplo, nos estados da Bahia e de Goiás.

Em praticamente toda a ocupação agrícola (moderna) do Cerrado, houve a participação da população sulina, especialmente vinda do Rio Grande do Sul, complementando o que se tem na história como a “diáspora gaúcha” (GOMES, 2008). Todavia, na citação a seguir, estudiosos chamam a atenção para as diferenças entre as categorias de migrantes:

A “diáspora gaúcha” também acabou atingindo os Cerrados nordestinos, a partir do final da década de 70 e início da década de 80, principalmente no oeste da Bahia, sul do Piauí e do Maranhão. Neste processo de expansão agrícola não foi reproduzido o mesmo padrão sócio - espacial das fronteiras de expansão capitalista da década de 70 no Centro-Oeste e Norte do país, pois houve o desenvolvimento de projetos geopolíticos e econômicos específicos capitaneados pelo Estado, aliados e/ou referendados pelo relativamente farto capital financeiro internacional e as empresas transnacionais (MARION et al., 2005, s/ p.).

Os migrantes que chegaram ao Centro-Oeste do Brasil eram predominantemente sujeitos que deixavam seus locais de origem quando já sofriam — com expressividade, os gaúchos — com a concentração fundiária, limitações de créditos e demais dificuldades impostas à reprodução do modo de

vida rural. A partir de 1950, os índices migratórios se elevaram, conforme índices disponíveis no portal eletrônico do IBGE (2010), constituindo zonas receptoras de migrantes descapitalizados.

Em Goiás, é fundamentalmente com a soja, a partir do projeto de desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO04) em 1975, que se vê a efetiva disseminação da tecnologia no campo (MARION et al., 2005). Os territórios baiano e tocantinense, juntamente com o Piauí e o Maranhão, são hoje considerados por estudiosos a faixa de expansão do agronegócio brasileiro, sendo que o processo nesses estados se deu de forma relativamente distinta.

A produção do espaço moderno, numa frente de expansão “avançada”, foi acompanhada de inovações tecnológicas e instituições detentoras de capital econômico e político suficientes para estabelecerem ali um monopólio da produção, de imediato.

Apesar da recente “modernização”, dados organizados pela Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do governo da Bahia (2007/2008), e disponibilizados eletronicamente em seu site, informam que neste período o Oeste Baiano já respondia por 60% de toda a produção agropecuária do estado, com o setor de grãos resultando 4,8 milhões de toneladas e PIB de R\$ 6 bilhões. Nesse relatório, constam ainda como principais agroindústrias da região as esmagadoras de soja, os frigoríficos, as empresas do setor de avicultura, fertilizantes e algodozeiras. A dimensão produtiva escamoteia, entretanto, os indicadores sociais que revelam a face avassaladora do sistema.

A instabilidade da agricultura moderna é percebida, entre outros canais, pelos saldos preocupantes, em geral negativos, quanto ao segmento de emprego formal no estado da Bahia, conforme expresso na Tabela 1, elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Grupo	Código	Subgrupo	Admitidos	Desligados	Saldo
	61	Produtores na exploração agropecuária	42	-18	24
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	62	Trabalhadores na exploração agropecuária	5173	-5270	-97
	63	Pescadores e extrativistas florestais	445	-555	-110
	64	Trabalhadores da mecanização agropecuária e floresta	449	-659	-210

Tabela 1. Comportamento do emprego formal para a categoria de trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca, Bahia, agosto de 2013. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Notas: Dados sistematizados pela SEI/DIPEQ/COPEs, 2013.

As ocupações diretamente relacionadas ao setor agropecuário sofrem, todos os anos, as flutuações de um modelo fundamentado na contratação temporária de “boias frias” das fazendas e localidades circundantes, que durante o período de

pousio do solo encontram-se ociosos. A esses trabalhadores, segundo Marques (2013), quando se refere aos empregados das fazendas de Roda Velha, não é ofertado qualquer apoio para transporte ou educação. A autora transcreveu relatos de sertanejos da região, os quais evidenciavam a precariedade dos postos de trabalhos e a inobservância, por parte dos contratantes, das leis trabalhistas. A natureza da atividade pressupõe também a exposição contínua a produtos tóxicos, já que o uso intensivo de fertilizantes e de pesticidas é essencial para os tipos de cultivo realizados na região, comprometendo ainda a saúde dos trabalhadores (Figura 6).



Figura 6. Plantação de algodão na Chapada Ocidental do São Francisco - Bahia, outubro de 2012.
Fonte: Marques (2013).

Os resquícios de vegetação ao fundo da fotografia ilustram uma realidade: os limites naturais, como serras e rios, são os principais obstáculos, na atualidade, para o movimento da frente de expansão. Neste caso, a faixa da vegetação de Cerrado mantém-se preservada diante de condições geomorfológicas desfavoráveis à operacionalização de maquinário agrícola. O front da Chapada Ocidental da Bahia separa, assim, não só estados brasileiros, mas territorialidades-chave da economia nacional da rusticidade daqueles que vivem num sertão tradicional.

Outra repercussão nefasta do atual modelo de expansão da agricultura nessa região refere-se às desigualdades socioambientais que se projetam no espaço intraurbano, conforme discutido por Santos (2013) no caso da cidade de Luís

Eduardo Magalhães (BA). Nesse caso, a parcela da população composta por trabalhadores temporários do campo e das atividades de transporte e processamento de produtos agrícolas se vê obrigada a habitar setores desprovidos de infraestrutura básica e de péssima qualidade ambiental, ao passo em que se organizam condomínios horizontais e verticais de alto padrão voltados à classe de latifundiários emergentes.

Processos semelhantes de mudanças das paisagens, monopolização da terra e da produção, participação de capital estrangeiro e do Estado na consolidação desse modelo de agricultura aconteceram e acontecem no vasto interior do Brasil. As modernas culturas agrícolas sobrepõem-se aos espaços sertanejos, caipiras, caboclos, terras indígenas e quilombolas.

Aparentemente unilateral, o avanço das forças produtivas e relações de produção capitalistas são permeadas por contradições. Elas se estabelecem no território sob a recusa, aceitação ou modificação protagonizada pelos sujeitos e arranjos espaciais das localidades. Da mesma forma, ultrapassa os limites geográficos, atingindo territórios numa cadeia de relações, formando novas espacialidades e temporalidades.

No entrelaçamento entre resistência e transformação, o seguinte tópico traz à luz o caso do Distrito de Pouso Alto, um povoado cuja história de formação carrega o peso das mudanças produtivas e simbólicas de um país “moderno”. A partir da organização espacial de um núcleo habitacional oficialmente urbano, porém composto por sujeitos e habitus de trajetórias rurais, foi possível salientar fenômenos comuns diante de uma fronteira que ora une, ora separa, lugares e gentes.

Novos espaços e tempos no sertão do Brasil Central: o caso do Distrito de Pouso Alto, município de Campos Belos (GO)

A localidade elencada para representar lugares tradicionalmente rurais que têm, nas últimas décadas, estreitado os laços com esse “Brasil Central Moderno” foi o povoado goiano de Pouso Alto (Figura 7), situado à margem da Chapada Ocidental da Bahia, no extremo nordeste do estado de Goiás. O lugar foi investigado por Marques (2013), em sua pesquisa de mestrado.

Chega-se a Pouso Alto pela Rodovia GO 542, na direção Campos Belos (GO) - Novo Alegre (TO). A vila se encontra a cinquenta e cinco (55) quilômetros de distância da cidade sede do município, Campos Belos, sendo trinta e cinco (35) destes últimos não pavimentados e em difíceis condições de tráfego (MARQUES, 2013). De acordo com a autora, a criação do Distrito de Pouso Alto data da década de 1950, a partir de doações de terrenos feitas por fazendeiros da circunvizinhança. Por traz desse ato, estaria o recorrente processo – naquele contexto – de formação de “aglomerados humanos”. Espaços de abrigo de trabalhadores volantes, potencializando a oferta de mão de obra temporária para serviços ocasionais nas fazendas.

Fundado com população majoritariamente migrante, o povoado é composto por sujeitos oriundos principalmente do estado da Bahia. A relação demográfica com este estado se reproduz na cultura, produção e imaginário social da

população pouso-altense, até os dias atuais. O arranjo espacial, sobretudo, passa por modificações (materiais e imateriais) fruto da inserção da região vizinha – Oeste Baiano – na nova lógica produtiva.

A rusticidade de Pouso Alto talvez escamoteie, numa análise superficial e imediata, os elementos sutis que informam as transformações dadas no lugar. Apesar de esteticamente rurais, ambientes no povoado foram refuncionalizados, do mesmo modo como objetos de natureza urbana receberam novas formas e funções. Vários exemplos podem dignificar esta afirmação, os quais estão expressos, por exemplo, na espacialidade da sala pouso-altense. Marques (2013) evidenciou, em sua análise, a transição da centralidade na sala sertaneja, entre o oratório e o aparelho de televisão. A religiosidade, portanto, intrínseca ao habitus camponês (BOURDIEU, 2006) foi notavelmente alterada no ethos daquela comunidade, todavia, o mesmo estudo identificou outras “roupagens” da tradição religiosa.

A religião foi, aliás, umas das vias pelas quais Marques (2013) analisou os comportamentos no povoado e encontrou, na Festa de São Sebastião, indícios de uma cultura em transição:

A festa de São Sebastião realizada no povoado de Pouso Alto expressa os elementos próprios da vida social da comunidade não deixando de demonstrar, por tal fato, as contradições próprias da realização atual do capitalismo. Embora seja uma realização tradicional rural, elementos como as relações de poder locais adentram o espaço da festa que perde parte da espontaneidade e se espetaculariza (MARQUES, 2013, p. 83).

A autora destaca, em seu estudo, a uniformização dos festeiros e a irrisória quantidade de fiéis que vem acompanhando a festa como elementos que tornam questionável a permanência da obrigação religiosa que marcou a produção dos patrimônios rurais no sertão brasileiro.

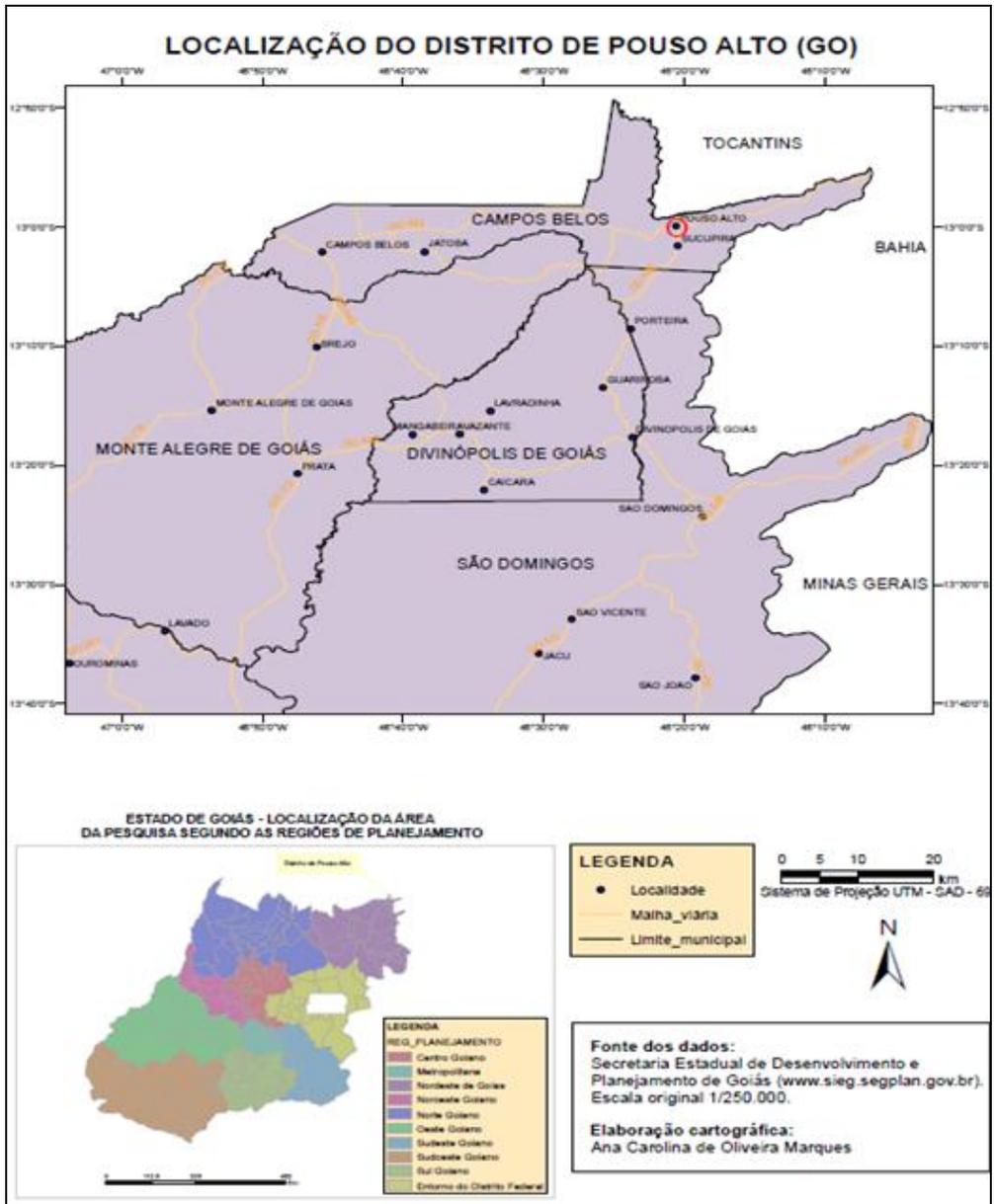


Figura 7. Localização do Distrito de Pouso Alto, Município de Campos Belos (GO).
Fonte: Marques (2013).

Além da questão religiosa, outras dimensões da vida na vila sofreram modificações, ora para a reafirmação da tradicionalidade que as caracteriza, ora para o comprometimento da mesma. A alimentação, o matrimônio, o vestuário, a linguagem, os comportamentos, constituem-se segmentos de análise que, noutros artigos, poderiam contribuir ainda mais para a problematização do modo de vida sertanejo e os impactos de uma racionalização do/no campo. Nesse sentido,

Santos (2009) ressalva a existência de níveis da realidade, espaços de vida, sendo diretamente afetados pela velocidade dos acontecimentos no chamado meio técnico científico informacional.

Às vezes depressa demais, a “[...] racionalidade moderna ou empresarial domina todo o cenário da cidade, do campo e as relações entre um e outro” (BRANDÃO, 2009, p. 34). Mas o que efetivamente traz de nova uma racionalidade moderna? Possivelmente uma das principais características do modelo civilizatório moderno seja a necessidade do controle e, no campo, isso se expressa no intuito de domar a “imprevisibilidade” da natureza.

O emprego de “tecnologias de ponta” ganha a finalidade de reduzir os ciclos naturais nas atividades econômicas agrárias, tendo o máximo possível de domínio sob aquilo que cresce, desenvolve e se transforma. A alteração do calendário agrícola na tentativa de distanciá-lo das condições naturais (como as fases da lua), através da técnica, exemplifica essa tendência.

Legitimado como “moderno”, há autores que afirmam ser o processo em vigor no campo brasileiro contraditoriamente o oposto do que se define como moderno. “Ele ‘moderniza’ formas de apropriação e de concentração da propriedade fundiária, e não na direção verdadeiramente moderna” (BRANDÃO, 2009, p. 40). Ou seja, contraria a democratização social e econômica do acesso à terra e às condições sociais e tecnológicas do trabalho.

Toda essa malha de valores e estratégias de dominação é sustentada por uma concepção de desenvolvimento particular, hegemônica, a qual se encontra no alicerce da expansão capitalista: é preciso intervir na realidade, torná-la favorável à reprodução de uma determinada estrutura, processo pensado num raciocínio arbitrário e economicista. Opostamente, Souza (1996) afirma ser o desenvolvimento um conceito rigorosamente associado às questões sociais e complementa:

A redução do conceito de desenvolvimento ao desenvolvimento econômico, expresso através do crescimento econômico (por exemplo, o crescimento do Produto Interno Bruto – PIB) e da modernização tecnológica, já foi diversas vezes criticada. Tal supersimplificação era típica das chamadas teorias da modernização e do crescimento, que tiveram seu apogeu na década de 1960, e onde os efeitos sociais positivos do desenvolvimento econômico eram vistos como “consequências naturais” dos processos de crescimento e modernização, quase uma mera questão de tempo, portanto, sem se admitir a necessidade de implementação de políticas de distribuição da riqueza e de combate à pobreza (SOUZA, 1996, p. 6 e 7).

Tais críticas continuam em voga em tempos atuais, diante de um acordo cada vez maior entre poder público e setor privado. Intervenções territoriais projetadas com propósitos estritamente econômicos sustentam um nível de desigualdade regional no Brasil, numa incessante reprodução da hegemonia Centro-Sul no território nacional e do protagonismo urbano, em detrimento das espacialidades rurais. A ciência ilustra a afirmação com pesquisas que reafirmam o modo de vida

urbano como sinônimo de prosperidade e desconsideram a diversidade social e cultural do povo brasileiro e as trocas que a cidade estabelece com o campo.

Considerações finais

O campo científico está, como os demais campos da vida, interligado com a realidade social com a qual estabelece relações de troca. A pluralidade dos grupos e espaços sociais na atualidade desafia as diversas áreas do conhecimento. Os territórios fronteiriços, em particular, apresentam múltiplas possibilidades analíticas, uma vez que pressupõem o conflito inerente ao encontro com o outro, com o diferente, movimento que pode ser estudado por diferentes ângulos e perspectivas. O resultado alcançado neste trabalho, além do diálogo entre estudos de diferentes naturezas, prima pela indicação de possíveis caminhos para futuras problematizações sobre o tema.

Ao percorrer os caminhos da formação histórica do Oeste Baiano, buscou-se traçar um panorama capaz de evidenciar os sobressaltos vividos pela região ao longo de seu processo de ocupação e de transformações espaciais decorrentes. Nesse contexto, essencialmente marcado pelas distâncias e pelo isolamento, destacam-se: a introdução da pecuária e da mineração como atividades produtivas pioneiras, o transporte fluvial e suas ligações com os primeiros centros urbanos, o extrativismo do látex de mangabeira e, por fim, a introdução da agricultura tecnificada, fomentada por programas oficiais.

Por meio dessa trajetória reconstituída, encontram-se subsídios para a compreensão das contradições atuais observadas nessa região e, em última análise, no Brasil sertanejo como um todo, cuja incorporação ao modelo capitalista vem se dando progressivamente e com vultosos custos sociais e ambientais. Decorre desse modelo de apropriação desigual e de superexploração da terra uma série de impactos que se manifestam na sociedade, na cultura, na qualidade ambiental e nas diferentes faces da espoliação rural e urbana. O distrito goiano de Pouso Alto, em posição limítrofe e sob a influência incontestada do Oeste Baiano, foi tomado neste texto como caso ilustrativo, demonstrando os reflexos experimentados num pequeno enclave do Brasil Central, notadamente no plano da cultura.

Do ponto de vista das categorias de análise em Geografia, o percurso realizado nos fornece elementos que evidenciam as intrincadas articulações entre a região e o lugar, posto que as mudanças promovidas projetam-se em diferentes escalas, reverberando de forma recíproca. Embora tal perspectiva teórica não tenha constituído o principal enfoque do trabalho, mostram-se notórias as inúmeras possibilidades de leitura geográfica da realidade enfocada. Tem-se, assim, por meio de abordagens sociais, econômicas, culturais e físico-ambientais, um conjunto geográfico indissociável dotado de forte poder explicativo para o esclarecimento dos meandros da produção e da reprodução do espaço.

Ao final dessa "abertura" temática, conforme se procurou evidenciar no início do trabalho, não se teve a pretensão de encontrar soluções para as questões em análise e discussão. Almejou-se, contudo, o despertar para uma realidade marcada por contradições, pela coexistência de espacialidades conflitantes, que

rompem com a ideia de isolamento espacial e o pressuposto da produção uniforme dos territórios.

Referências

- ALMEIDA, I. P. Barreiras, uma história de sucesso. Barreiras: Cangraf, 2005.
- BAHIA. Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. Superintendência de Política do Agronegócio, 2007/2008. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/>>. Acesso em: 26 nov. 2013.
- BOURDIEU, P. O camponês e seu corpo. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, n. 26, p. 83-92, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n26/a07n26.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2013.
- BRANDÃO, P. R. B. Um território indiferenciado dos Sertões: a Geografia preterita do Oeste Baiano (1501-1827). Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 29, n. 1, p. 47-56, 2009.
- BRANDÃO, P. R. B. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985). Geo Textos, Salvador, UFBA, v. 6, n. 1, p. 35-50, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewArticle/4304>>. Acesso em: 20 ago. 2012.
- BRASIL. Projeto de Decreto Legislativo de Referendo ou Plebiscito - PDC 631/1998, de 04 de março de 1998: dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Rio São Francisco. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1998. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14016>>. Acesso em: 10 jan. 2012.
- CALAÇA, M. Territorialização do capital: biotecnologia, biodiversidade e seus impactos no Cerrado. Ateliê Geográfico - Edição Especial, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 06-23, fev. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/ateliê/article/view/16680>>. Acesso em: 14 maio 2012.
- DINIZ, J. A. F. A área centro-ocidental do Nordeste. Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 1982.
- GOMES, H. A nova matriz espacial do território goiano. In: GOMES, H. (Org.). Universo do Cerrado. Goiânia: Ed. da UCG, 2008. 2 v.: il.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Séries Estatísticas. Rio de Janeiro; IBGE, 2010. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 maio 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Barreiras – BA. Rio de Janeiro; IBGE, 2012. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/barreiras.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2012.
- JUNGUES, M. D. O município e a saga dos pioneiros. Luís Eduardo Magalhães: Valci, 2004.
- MARION, F. A.; MORAES, F. D.; VIEIRA, H. R. N.; FERRARI, R.; RUHOFF, A. L. Expansão da fronteira agrícola e reordenação territorial. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2, Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2005, Presidente Prudente. Anais... Presidente Prudente: UNESP, 2005. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Fabiano%20Amdre%20Marion.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2013.
- MARQUES, A. C. O. Espaço e *habitus* no sertão goiano: o povoado de Pouso Alto. 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, Goiânia.
- MARTINS; J. S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 8 (1): 25-70, maio de 1996. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v081/o_tempo.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2013.
- OLIVEIRA, A. U. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês. Agrária, São Paulo, n. 12, p. 3-113, 2010. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/80558238/Ariovaldo-Oliveira-AQUISICAO-TERRAS-ESTRANGEIROS-Revista-Agraria>>. Acesso em: 25 nov. 2012.
- REBOUÇAS, F. R.; BARBOSA, M. A. L.; GIUDICE, D. S. Análise da criação do Estado do Rio São Francisco sob a caracterização socioeconômica da Região Oeste do Estado da Bahia. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, XII, 2009, Montevidéu. Caminando en una América Latina en

- Transformación. Montevideo: EGAL, 2009. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/programaExtendido.php?sala_=D%20-%2039&dia_=SABADO_AREAS_1_2_3_4>. Acesso em: 10 jan. 2012.
- SANTOS, C. C. M. Oeste da Bahia: modernização com (des)articulação econômica e social de uma região. 2007. 239 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2007.
- SANTOS, C. C. M. Os cerrados da Bahia sob a lógica do capital. Revista IDeAS, Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, v. 2, n. 1, p. 76-108, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4048129.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2011.
- SANTOS, F. P. Estudo da percepção da qualidade ambiental urbana no município baiano de Luís Eduardo Magalhães. 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas. Disponível em: <<http://download.uft.edu.br/?d=c9c97b32-4e26-4d50-aa7e-4748f85aefd6:Disserta%C3%A7%C3%A3o+Mestrado+Ciamb+UFT+-+Franco+Porto+dos+Santos.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- SANTOS FILHO, M. O processo de urbanização no Oeste Baiano. Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 1989.
- SANTOS FILHO, A. M.; RIOS FILHO, J. N. V. A revalorização econômica do Oeste Baiano a partir da expansão da agricultura moderna e o surgimento de um novo território: o município de Luís Eduardo Magalhães - BA. Revista Pegada, v. 9, n. 2, dez. 2008. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA92/08ANTONIO.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 5. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. (Coleção Milton Santos; 1).
- SOUZA, M. J. L. Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Mapa Regiões Econômicas do Estado da Bahia, Salvador, 2002. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/cartogramas/regioes_eco/regioes_eco.htm>. Acesso em: 10 jan. 2012.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Boletim Mensal do Caged, Salvador, agosto/2013. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_ago13.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2014.
- TEIXEIRA NETO, A. Os caminhos de ontem e de hoje em direção a Goiás-Tocantins. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 1, n. 21, p. 51-68, 2001.